

# Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

## **Carf mantém linha contrária à tese de companhias em casos de ágio**

Valor Econômico - 26/01/2016

Beatriz Olivon

Os contribuintes começaram o ano perdendo a maioria dos casos difíceis que discutem amortização de ágio na Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) - última instância administrativa. A decisão, considerada mais importante por tributaristas porque servirá de parâmetro para os casos similares e bilionários que tramitam na Corte, impediu o uso do ágio na privatização da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe).

O ágio é um valor pago pela rentabilidade futura de empresa adquirida ou incorporada. Pode ser registrado como despesa nos balanços e reduzir o valor do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a pagar. Apesar de a lei permitir o uso, a Receita autua contribuintes quando avalia que a operação foi realizada apenas para reduzir a carga tributária.

Na semana passada, o Carf analisou os cinco primeiros processos de ágio desde que voltou a funcionar - após ficar quase um ano parado em função da operação Zelotes. Os julgamentos foram iniciados em dezembro, mas nenhum havia sido concluído.

As decisões foram favoráveis à Fazenda em três processos, entre eles o ágio na privatização da Celpe. No fim da década de 90, o governo de Pernambuco colocou 100% do controle da companhia à venda. Em 2000, a empresa foi adquirida em leilão por R\$ 1,9 bilhão em consórcio formado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) associada à carteira de investimentos do Banco do Brasil (BB) e ao grupo espanhol Iberdrola.

Em 2001, o consórcio Guaraniana (Iberdrola, Previ e BB Invest) apresentou um modelo de reestruturação que permitiria à Celpe incorporar o ágio da privatização e usufruir do benefício fiscal. Mas o Fisco considerou que as reorganizações societárias seriam artificiais e teriam o único objetivo de obter o benefício da amortização do ágio na Celpe.

Na Câmara Superior, apesar da divergência de alguns conselheiros, prevaleceu o voto do relator, Rafael Vidal de Araújo, representante da Fazenda. Para a Fazenda Nacional, como não há confusão patrimonial entre as empresas, não haveria previsão legal que autorizasse o uso do ágio. A empresa usufruiu de um benefício fiscal de R\$ 495,1 milhões.

O advogado que representa a companhia no processo, Roberto Quiroga Mosquera, do Mattos Filho, afirmou que vai recorrer da decisão por meio de embargos no Carf e na Justiça. Segundo ele, há 18 casos semelhantes no órgão. "A decisão desestimula investidores estrangeiros e fundos de pensão".

A amortização de ágio foi usada em todas as privatizações no Brasil, segundo o pesquisador da FGV/Ceri, Edson Daniel Lopes Gonçalves. "Uma coisa são os princípios contábeis. Outra é o Estado criar uma regra e depois tentar mudar", diz. Para Gonçalves, economicamente a decisão é ruim pela falta de previsibilidade.

A decisão ainda servirá de precedente para outras discussões, inclusive uma das mais valiosas para o Fisco, que envolve a privatização do Banespa, com a participação do Santander. Há três recursos bilionários que discutem o assunto no **Carf**. Em um deles, a decisão de turma foi favorável ao Santander, mas o recurso da Fazenda no caso não foi apreciado na Câmara Superior.

Outras decisões desfavoráveis aos contribuintes envolvem a Biosintética Farmacêutica e a Johnson Controls do Brasil Automotive. No caso da Biosintética, para os conselheiros, o uso de "empresa veículo" para a reestruturação não atendeu aos requisitos para enquadramento na lei que permite o uso do ágio. Já no caso da Johnson Controls do Brasil Automotive foi mantida autuação por ágio interno - gerado na operação entre empresas do grupo econômico da Johnson Controls - desacompanhado de seu efetivo pagamento.

Após a reformulação do Conselho, os julgamentos na Câmara Superior ficaram mais rigorosos e mais fiscalistas, avalia o advogado Giancarlo Matarazzo, do escritório Pinheiro Neto. "Ao invés de revogar a lei (que permite amortização de ágio), o Fisco tenta revogar o benefício por meio de julgamentos pouco técnicos", afirmou.

Já para Dalton Miranda, advogado do Trench Rossi e Watanabe, pouco antes da paralisação das sessões havia uma sinalização de uma mudança de posicionamento contra os contribuintes nas discussões sobre ágio nas turmas.

Para o procurador da Fazenda Nacional Marco Aurélio Zortea Marques, é positivo que a Câmara Superior tenha começado a julgar casos de ágio. Como o tema foi pouco discutido no Conselho, o procurador considera que não é possível traçar uma linha de como estão sendo realizados os julgamentos.

## **Lava-Jato e Zelotes recolocam em pauta projeto para regular lobby**

Valor Econômico - 26/01/2016

Renata Batista

As operações policiais Lava-Jato e Zelotes mobilizaram lobistas e entidades de classe para tentar destravar a regulamentação do lobby. Há o receio que a atividade, que nunca foi normatizada em lei, termine tendo as regras ditadas por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos julgamentos dos processos decorrentes das duas investigações.

A ação passa pela aprovação de um dos quatro projetos de lei que existem no Congresso sobre o tema. Presidente do PTB e filha do ex-deputado Roberto Jefferson (RJ), pivô do escândalo do mensalão na década passada, a deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) apresentará um substitutivo ao projeto do deputado Rogério Rosso (PSD-DF), para isolar a possibilidade de intervenção do Judiciário. A ideia é encaminhar o projeto à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e chamar uma audiência pública.

"O direito de peticionar por seu interesse é constitucional e precisa sair das sombras", justificou a petebista, para quem "transparência é a chave da regulamentação".

Ao mesmo tempo em que articula a favor da regulamentação da atividade, Cristiane prepara um relatório em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é questionado pela sua suposta atuação a favor de empresas brasileiras no exterior.

A deputada é sub-relatora da CPI que investiga o BNDES (ver matéria nesta página). O PTB é dividido em relação ao governo federal: a cúpula do partido alinha-se com a oposição, mas o partido integra o primeiro escalão, com o ministro do Desenvolvimento Armando Monteiro, a quem está formalmente subordinado o BNDES.

Segundo Cristiane, "o ambiente é extremamente propício [para a regulamentação] devido à ampla criminalização da defesa de interesses. Precisamos desenhar limites claros e garantir segurança jurídica". Além da proposta relatada pela petebista, tramitam na Câmara um projeto já aprovado no Senado, do ex-vice-presidente Marco Maciel, ainda do começo da década de 90, e uma proposta do petista Carlos Zarattini.

No Senado, está em tramitação um projeto de lei do senador Walter Pinheiro (PT-BA), relatado por Ricardo Ferraço (sem partido-ES).

O assunto é acompanhado com ansiedade pelo setor privado. O advogado Álvaro Jorge, do escritório Palma e Guedes Advogados, diz que seus clientes estão inseguros e o consultam a cada passo que planejam dar. O advogado tem recomendado cautela aos clientes porque muitas iniciativas que não eram consideradas problema, hoje começam a ser colocadas sob suspeita.

"Não se pode achar que qualquer contato é ilegal. Não é o contato que caracteriza a ilegalidade. É o fato de a pessoa não estar sustentando uma posição, de ser, na verdade, uma troca de favores", afirma.

Steven Bipes, diretor superintendente da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (Amcham-Rio), abriu a entidade para debater o tema por demanda dos associados. Ele diz que grandes empresas, que também são grandes doadoras de campanhas, têm força em vários lugares, mas no Brasil a falta de regulamentação gera assimetria entre quem tem ética e quem não tem.

"Aqui, o que não é regulado é proibido. É bom atuar dentro da área regulamentada", resume, e cita o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), investigado na Operação Zelotes.

"É um quinto poder, um tribunal administrativo criado para ser imune a interferência. As empresas sempre perdiam. É importante criar um espaço para mediação. As empresas têm que ter espaço legal para operar", completa.

A confusão entre lobistas e operadores é um dos pontos que incomoda o setor. Conselheira do Instituto de Relações Governamentais (Irelgov), Kelly Aguilar ressalta o esforço de convencimento que faz parte do seu dia a dia e rejeita a percepção negativa da atividade.

"Lobistas não andam com mala de dinheiro por aí. Isso quem faz é operador", diz a profissional que tem o cargo de gerente de assuntos corporativos, mas faz parte de um grupo de WhatsApp chamado "Mulheres lobistas usam Prada".

Formação e apresentação também estão entre as maiores preocupações do advogado Caio Leonardo Bessa Rodrigues, presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

Ele apresentou os pontos da entidade à deputada Cristiane Brasil. O advogado defende um projeto que tenha a transparência como viés e não a restrição. "Para o setor, interessa garantir formalidade e publicidade nas relações. A atividade é extremamente formal", afirma.

## **Lula é alvo por medo de 2018, diz Carvalho**

Valor Econômico - 26/01/2016

Letícia Casado

O ex-ministro Gilberto Carvalho disse que existe medo de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva concorra à Presidência da República em 2018. A declaração foi dada ao comentar os rumos da Operação Zelotes, que investiga suposto esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e suposto esquema de compra de medidas provisórias nos governos Lula e Dilma Rousseff em favor da indústria automobilística. As MPs concederam benefícios fiscais a montadoras.

Carvalho foi chefe de gabinete de Lula entre 2004 e 2010 e ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência no primeiro mandato de Dilma. "Não há dúvida de que há uma politização [da investigação]. Não há dúvida de que o presidente Lula virou alvo preferencial. Há um medo do presidente Lula, medo de que ele volte em 2018. Há uma vontade deliberada de tentar destruir esse projeto que ajudou a mudar o país", disse Carvalho a jornalistas, após prestar depoimento como testemunha de defesa do lobista Alexandre Paes dos Santos, o "APS", um dos 15 réus da Zelotes.

O grupo de acusados, que envolve ex-conselheiros do Carf, teria intercedido em prol de montadoras na tramitação de ao menos três MP que beneficiam o setor. A investigação gerou a primeira denúncia da Zelotes, em novembro, e agora os réus apresentam testemunhas de defesa. O MPF não apresentou testemunhas de acusação.

Carvalho afirmou que "provavelmente centenas de empresários" tiveram acesso ao seu gabinete com demandas para Lula e, além de empresários, recebeu integrantes de movimentos sociais e trabalhistas, como lixeiros e indígenas. "A função de chefe de gabinete é fazer uma espécie de coordenação geral da agenda presidencial, de receber as pessoas que desejam ter acesso ao presidente", disse Carvalho. "Minha vida era ter a porta aberta atendendo pessoas."

Ele disse que conheceu Mauro Marcondes - ex-dirigente da Anfavea, associação das montadoras, apontado como lobista pela Zelotes e preso desde outubro - quando trabalhava no Planalto; que se reuniram três vezes; que Lula o conhecia da época de sindicalista; e que nunca recebeu proposta ilícita de Marcondes. Segundo ele houve uma reunião entre Lula e Marcondes, conjunta com representantes da Anfavea, em 2009. "Para nós ele [Marcondes] era um representante da indústria automobilística."

Os incentivos à indústria automobilística tiveram grande importância durante o governo Lula. "Dada a importância do setor automobilístico no Brasil, essa coisa do estímulo ao setor era, digamos, a alma do presidente Lula. Ele sempre teve muita preocupação com isso", disse Carvalho.

O ex-ministro negou que o Executivo tenha participado de qualquer negociação ou irregularidade na formulação das MP e defendeu seus benefícios para a economia.

Outro depoimento esperado ontem era o do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, também convocado por APS. Ele disse que não é normal empresas terem acesso ao documento final de medidas provisórias antes da promulgação da lei. Os investigadores da Zelotes suspeitam que lobistas que atuavam em prol de montadoras tenham conseguido alterar o texto da MP 471/2009 antes que ela fosse assinada por Lula e publicada no "Diário Oficial da União".

Oliveira foi questionado se seria normal que uma empresa supostamente tivesse acesso ao texto final da MP. "O fato de ter havido esse acesso não é normal nesse estágio, entre a saída dos ministérios e a publicação. Realmente não é situação normal", respondeu. Indagado se o acesso configuraria fato ilícito, disse que não saberia dizer.

Antes, ele já havia falado sobre o acesso de empresas a MP dos setores em que atuam. "O que às vezes acontece, não raro, é quando documentos em elaboração são colocados em consulta pública. Não se trata com sigilo absoluto, uma vez que você precisa, enquanto discute a medida, avaliar os impactos que terá na operação efetiva do setor", disse. "No caso que colocamos como exigência o investimento de um percentual do incentivo em desenvolvimento, isso foi objeto de discussão com o setor."

Lula também havia sido arrolado por APS para testemunhar, mas na sexta-feira os advogados do lobista desistiram da convocação.

Procurador da Zelotes, Frederico Paiva disse a jornalistas não ter entendido os motivos de Lula ter prestado depoimento à PF, uma vez que ele não é investigado. Lula depôs em 6 de janeiro sobre o suposto esquema das MP e sobre pagamento de R\$ 2,5 milhões que a LFT Marketing Esportivo, de seu filho Luís Cláudio, recebeu do escritório Marcondes & Mautoni.

"Não entendi o motivo de o delegado ter ouvido o Lula neste caso", disse. Depois acrescentou: "Não é não ter entendido o motivo. Ele [Lula] não consta no rol de investigados. Em nenhum momento existe ato praticado por ele que tenha sido objeto [de investigação]".

Paiva foi então questionado sobre o que a PF queria saber de Lula: "Tem que perguntar ao delegado, não para mim." Ele disse ainda que "em nenhum momento" a denúncia relata que houve compra de MP por parte da Presidência.

Gilberto Carvalho e Dyogo de Oliveira foram apontados como supostos elos da quadrilha no poder Executivo e tiveram os sigilos fiscal e bancário quebrados a pedido dos procuradores em outro inquérito da Zelotes - não na investigação que gerou a denúncia e as audiências desta semana. Ambos negam as acusações. O procurador Frederico Paiva disse que o material gerado nas quebras dos sigilos ainda não foi

analisado.

Ontem, a Justiça ouviu sete testemunhas de três réus. Os depoimentos seguem hoje e amanhã.

O Globo

## **Ex-ministro confirma encontro com lobista, mas nega favores**

O Globo - 26/01/2016

### ***Gilberto Carvalho conta ter devolvido adegas que ganhou de empresa***

Andiê de Souza

-Brasília- Após depoimento ontem na Justiça Federal, em Brasília, como testemunha no caso do lobista Alexandre Paes dos Santos, réu na Operação Zelotes, o ex-ministro Gilberto Carvalho confirmou que se encontrou no Palácio do Planalto com Mauro Marcondes, representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), mas negou ter recebido pedido de favores. Marcondes é um dos réus na Zelotes e está preso. Carvalho também disse desconhecer pagamento de propina a parlamentares na discussão de medidas provisórias.

A Operação Zelotes começou investigando irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. Conselheiros receberiam propina para reduzir e anular multas aplicadas aos contribuintes pela Receita Federal. Depois, os investigadores também passaram a analisar possível venda de trechos de medidas provisórias para beneficiar algumas montadoras.

Ao confirmar que se encontrou com Marcondes no Planalto, Carvalho disse ter olhado a agenda do ex-presidente Lula e verificado que ele se encontrou uma vez com o lobista, numa reunião em que havia outros dirigentes da Anfavea.

- Nunca Mauro dirigiu a mim nenhum pedido. A única coisa pessoal foi quando adotei as duas meninas em 2009 e ele mandou um presentinho, bonecas. E nunca me encontrei com Mauro fora da minha sala. Não tinha relação social com ele - afirmou o ex-ministro.

Carvalho negou ter recebido qualquer "proposta diferenciada" para favorecer interesses de empresas quando foi ministro nos governos de Lula e Dilma Rousseff e citou os presentes que recebeu. O Código de Ética da Presidência estabelece que os servidores só podem receber presentes de até R\$ 100.

-Quando houve a adoção das minhas filhas, chegaram ao gabinete alguns presentes: vestidinhos, brinquedos. Ficou público na imprensa que eu tinha adotado duas meninas. Chegaram por meio das minhas secretárias. Nada indecente, nada fora do padrão. Nós devolvíamos presentes que excedessem o teto da lei. Eu devolvi por exemplo uma geladeira de vinhos (adega) que ganhei de uma empresa - contou.

O ex-ministro afirmou que a Operação Zelotes visa atingir o ex-presidente Lula e enfraquecê-lo na disputa presidencial para 2018.

-Não há dúvida nenhuma de que o presidente Lula virou alvo preferencial. Há um medo de que o presidente Lula volte em 2018. Há uma vontade deliberada de tentar destruir

esse projeto que ajudou a mudar o país - disse Carvalho,

que completou: - Na verdade, a Zelotes deveria estar preocupada em restituir os cofres públicos por aquelas empresas que fraudaram o **Carf**. Só espero que essa mesma intensidade se aplique na questão das grandes empresas, que ninguém fala mais e que, ao que tudo indica, praticaram crimes fiscais.

O procurador da República Frederico Paiva informou ontem que documentos envolvendo a compra dos caças suecos Gripen estão sendo analisados pela PF, que, na semana passada, ouviu Lula também sobre esse assunto. O ex-presidente negou que repasses de R\$ 2,5 milhões feitos a seu filho Luís Cláudio fosse por serviços prestados pelo petista à Saab, fabricante das aeronaves.

Folha de S.Paulo

## **Acusados na Zelotes dizem que só atuaram como lobistas**

Folha de S. Paulo - 26/01/2016

Gabriel Mascarenhas

No primeiro dia de depoimentos das testemunhas de defesa da ação penal aberta como desdobramento da Operação Zelotes, as defesas de acusados afirmaram que estão sendo processados apenas porque atuaram como lo-bistas, atividade não regulamentada no país.

A audiência ocorreu nesta segunda em Brasília. Em novembro, o Ministério Público Federal acusou 16 pessoas por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa por suposta compra de medidas provisórias do governo federal.

Dos acusados, seis estão presos. Os procuradores da República também pediram uma reparação de R\$ 879 milhões à União.

Em um dos casos, a PF apura se o lobista Mauro Marcondes pagou propina a integrantes do governo para obter a prorrogação de uma medida provisória favorável ao setor automotivo, que ele representava.

Marcondes fez pagamentos de cerca de R\$ 2,4 milhões à LFF Marketing Esportivo, empresa de Luís Cláudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Lula. Ele afirma que se tratou de pagamento por um projeto na área de esportes.

A PF, no entanto, investiga se há relação dos repasses com a tentativa de lobby para a prorrogação da MP.

Marcondes afirmou à Folha, no intervalo da audiência, que o lobby está sendo "criminalizado", o que é "um desserviço ao Brasil", e que trabalha nessa atividade "desde a ditadura" militar. Ele disse que não poderia dar entrevistas mais detalhadas.

Arrolada como informante pela defesa do lobista Alexandre Paes dos Santos, a sua mulher, Maura Lúcia Montella de Carvalho, classificou o processo movido pelo Ministério Público de uma "agressão". Ela afirmou que "os lobistas são profissionais altamente especializados" e que "o lobby faz parte da economia".

Maura Lúcia argumentou que os contratos assinados por lobistas têm "cifras muito

altas" porque a intenção é "fi-delizar aquele profissional". "Porque ele trabalha um ano mas fica mais 20 sem trabalhar para os concorrentes. Ele ganha pelo seu trabalho e pelo seu não-trabalho", disse.

Arrolado pela defesa de Francisco Mirto Florêncio da Silva, o jornalista Vicente Alessi Filho afirmou que o réu exerceu em Brasília, ao menos entre as décadas de 80 e 90, o trabalho de "lobby legítimo" em prol da Anfavea de São Paulo, associação que representa a indústria automotiva.

O procurador da República no DF Frederico Paiva, presente à audiência, negou que a denúncia tente criminalizar o lobby. Segundo o procurador, há provas no processo de que "parte desse dinheiro" ligado ao lobby "foi destinado a servidores públicos".

"Ninguém passa R\$ 70 milhões para alguém para fazer reunião com segundo escalão de governo. E nem houve reuniões", disse Paiva.

Sobre os altos valores pagos por suposta "fidelização" dos lobistas, o procurador disse que o argumento "não tem base empírica".

## DELAÇÃO

A Folha apurou que Paiva esteve com um dos réus, o ex-conselheiro do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) José Ricardo da Silva para tratar de uma proposta de delação premiada oferecida pelo Ministério Público Federal.

Preso na Penitenciária da Papuda, em Brasília, Silva conversou por cerca de meia hora com o procurador na última quinta-feira (21).

A defesa do lobista já recebeu, inclusive, um esboço da minuta do acordo de colaboração. O advogado de Silva, Getúlio Humberto de Sá, confirmou o encontro com o procurador, mas disse que uma delação não interessa à defesa. "Não dá para fechar acordo porque o Zé Ricardo simplesmente não tem o que relatar", afirmou Sá.

"GOSTOU?"

No intervalo das audiências, o lobista Alexandre Paes dos Santos confrontou o procurador Frederico Paiva quando este dava entrevista à imprensa. "Nós podemos falar também?", dirigiu-se o lobista ao procurador. Paiva respondeu que sim. Santos então afirmou: "Estou vendo o senhor pela primeira vez". Paiva respondeu: "Gostou?". O lobista retrucou: "Muito, é fantástico. É bom saber quem me acusa".

**Coluna - Painel**  
Folha de S. Paulo - 26/01/2016

Natuza Nery

## Relações perigosas

A ex-ministra Erenice Guerra admitiu à PF ter firmado parceria com o então conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva para resolver uma "grande dívida tributária" da chinesa Huawei. Questionada se a parceria era ética, disse que ele insistia não haver



impedimento em advogar contra o órgão para o qual trabalhava. Erenice contou ter levado o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, para um encontro com Fernando Bertin, do grupo Bertin. Alvo da Zelotes, José Ricardo e APS estão presos.

Me fugiu Em diversos momentos, a memória de Erenice falhou. No depoimento dado à polícia em dezembro, ela afirmou não se recordar se a procuração para atuar com José Ricardo foi protocolada no Carf e quem custeou a passagem para encontrar Bertin.

Sei não Erenice negou irregularidades. Confirmou, porém, ter recebido email de seu irmão pedindo que indicasse José Ricardo para o conselho do Carf. Sustentou não ter influência no Ministério da Fazenda, mas, confrontada com email no qual fez uma indicação para outro conselho da pasta, afirmou não se lembrar.

Essa eu sei! Erenice contou que conheceu APS e José Ricardo no casamento da filha do ex-ministro Silas Rondeau, em 13/08/2011.

Pacificador

Escalado para dialogar com a oposição, Jaques Wagner (Casa Civil) começará a aproximação pelo PSB, partido dividido sobre o impeachment. O encontro com a sigla deve ocorrer depois do Carnaval.

Busão da Dilma

Preocupados com a epidemia de zika, ministros do governo visitarão escolas públicas do país. O objetivo é que eles conversem com professores e alunos e se engajem mais na campanha de combate à microcefalia.

Sincericídio

A paciência do Planalto com o ministro Marcelo Castro (Saúde) está batendo no teto. O governo está furioso com a recente frase do auxiliar: “Estamos perdendo a batalha para o mosquito”.

Gato escaldado

O PT quer que os candidatos a prefeito pelo partido assinem um termo de compromisso assumindo a responsabilidade por eventuais práticas irregulares de arrecadação de campanha. Trata-se de uma espécie de cláusula anti-caixa dois.

Amamos coxinhas

Enquanto Dilma segue firme na dieta Ravenna, o governo aumentou a estimativa de consumo de pães, biscoitos e salgadinhos para abastecer o Palácio do Planalto e eventos federais. A licitação para a contratação de empresa de panificação prevê 48 mil salgados, 12 mil a mais que o previsto no ano passado.

## Barriga cheia

Na lista, há novos itens como minicroissants de “aroma amanteigado e uma leve crocância na superfície” e biscoito caseiro “tipo casadinho”. O custo estimado é de R\$ 139.107,50. No ano passado, a previsão era de R\$ 98.900.

## Caixeiro viajante

Apesar de a eleição ser para líder de bancada, o deputado peemedebista Hugo Motta (PB) está fazendo campanha nacional. Já visitou diversos Estados — entre eles Minas e São Paulo — atrás de votos para desbancar Leonardo Picciani (RJ) do comando do partido na Câmara.

## Trem da alegria

Fiador da campanha de Motta, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) se dispôs a rodar o país ao lado do correligionário durante o Carnaval. “Não perco esta eleição nem ferrando”, disse o presidente da Câmara a ao menos um interlocutor.

## À la carte

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador José Serra almoçaram no domingo (24) na casa de Andrea Matarazzo, pré-candidato à Prefeitura de São Paulo. Avaliaram que o apoio dos vereadores tucanos oferece boa margem de votos da militância durante as prévias da sigla.

## Tiroteio

"Antes diziam que tinha estatal vendida por preço de banana. Agora, tem banana que está sendo vendida por preço de estatal".

De Felipe Sigollo, secretário-adjunto de Desenvolvimento Social de SP, sobre as críticas de petistas às privatizações tucanas e o preço das ações da Petrobras. contraponto

## Adeus, Lenin

Em sua estreia no Fórum Econômico Mundial, em Davos, o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, resolveu conceder uma série de entrevistas a veículos internacionais de imprensa para acalmar os mercados lá fora.

Já na décima conversa do dia com jornalistas de diferentes países, o chefe da equipe econômica foi surpreendido por uma pergunta.

— Você é um socialista? — disparou uma repórter de um prestigiado periódico americano.

— Como? — indagou o ministro para, em seguida, responder secamente:

— Socialista, não; pragmatista, sim.

Correio Braziliense

## **Ex-ministro confirma lobby por MP**

Correio Braziliense - 26/01/2016

EDUARDO MILITÃO

*Em audiência na Justiça Federal, Gilberto Carvalho vê perseguição na Operação Zelotes e afirma que foi procurado para "advogar" a favor da aprovação de medida provisória que estendia benefícios fiscais a montadoras, mas negou a proposta.*

O ex-ministro Gilberto Carvalho confirmou ontem que o lobista Mauro Marcondes, do escritório Marcondes & Mautoni, o procurou para que "advogasse" em favor da aprovação da Medida Provisória 512, que estendeu benefícios fiscais para montadoras de automóveis. O ex-chefe de gabinete de Luiz Inácio Lula da Silva e ex-secretário-geral de Dilma Rousseff afirmou que não tomou nenhuma atitude porque essa não era sua função.

A declaração foi feita ontem, perante o juiz da Operação Zelotes, Vallisney Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, na ação criminal que apura a compra da Medida Provisória 471, de conteúdo semelhante à mencionada pelo ex-ministro. Carvalho ainda reclamou que a apuração foca em Lula com o objetivo de persegui-lo porque há uma "politização" do caso. A investigação apura um esquema de compra de decisões do Executivo e do Legislativo, inclusive no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que resultou em prejuízo de aproximadamente R\$ 6 bilhões. No caso da MP 471, o Ministério Público sustenta que executivos da Mitsubishi, por meio de lobistas como Marcondes, compraram a medida provisória subornando ex-servidores. Todos negam as acusações. Carvalho afirmou ainda que Mauro Marcondes, com quem se encontrou pelo menos três vezes, lhe procurou pedindo apoio para MP 512, que estendia os benefícios fiscais para montadoras instaladas no Centro-Oeste, como a Mitsubishi. Ele relatou ao juiz que, como era secretário-geral da Presidência da República, essa não era sua função e sequer encaminhou o lobista. Mas informou-o de que deveria procurar o Ministério da Fazenda. "Se fosse justo, o Guido (Mantega, então ministro) ia tocar", explicou Carvalho em entrevista depois da audiência.

O ex-ministro garantiu que "jamais" ele ou Lula receberam qualquer oferta de vantagem. "Não há clima para isso", relatou ao magistrado. Segundo Carvalho, era natural que o ex-presidente recebesse empresários, especialmente das montadoras, e cabia a ele filtrar essas reuniões. "O presidente Lula tinha uma obsessão pela questão do desenvolvimento. Dada a importância do setor automobilístico no Brasil, essa coisa do estímulo ao setor era, digamos, a alma do presidente Lula. Ele sempre teve muita

preocupação com isso." Marcondes era vice-presidente da associação das montadoras (Anfavea). Segundo Carvalho, ele o procurou duas vezes como representante da entidade. E uma como sócio de sua consultoria, a Marcondes & Mautoni. "Perseguição" O ex-ministro disse que o ex-presidente Lula é perseguido pelos investigadores, e que a Zelotes mudou o foco de combater grandes empresas sonegadas que negociavam decisões no Carf. "Estou triste em ver se gastar tanto dinheiro público em cima de uma investigação que... Eu não vejo falar nada da Zero Hora, da Gerdau, de tantas outras empresas acusadas lá no Carf de terem sonegado, e não acontece nada", disse ele. "Tem um foco.

O foco no presidente Lula. Passou a ser um objeto de busca, de perseguição do presidente Lula, eu só estou nessa história por causa do presidente Lula. É evidente." Ontem, o Correio noticiou que uma denúncia relacionada ao Carf está prestes a sair. O Ministério Público espera denunciar no mês que vem lobistas e ex-conselheiros do órgão suspeitos de cobrarem propina para reverter uma multa de R\$ 220 milhões do banco Brascan. Carvalho disse a Vallisney que a acusação de que o governo federal "comprou" medidas provisórias é "absurda" e foge ao "bom senso". "As empresas evidentemente se beneficiaram, mas quem se beneficiou mais foi o país." As defesas arrolaram testemunhas que defenderam a legalidade do lobby, como a cientista social Andréa Gozzeto. Ela foi cumprimentada por Mauro Marcondes no fim da audiência, que também defendeu a atividade em conversas com os jornalistas nos corredores da 10ª Vara Federal. "Os atos do meu cliente foram de lobby, que são condutas lícitas", avaliou o defensor do réu Alexandre Paes Santos, o "APS", Marcelo Leal. A tese dos acusados é que o Ministério Público tenta criminalizar uma atividade comum. O procurador Frederico Paiva negou. Segundo ele, o problema é que, por meio de pessoas interpostas, houve repasses de propina. "Ninguém paga R\$ 70 milhões para alguém fazer reuniões com o segundo escalão. E não houve reuniões", sustentou ele. De acordo com o procurador, o pagamento da propina não era direto. Mas o simples fato de um funcionário público receber um favor indevido já significa corrupção, ainda que a MP devesse mesmo ser aprovada no futuro de maneira semelhante ao que ocorreu.

"Ninguém paga R\$ 70 milhões para alguém fazer reuniões com o segundo escalão. E não houve reuniões" Frederico Paiva, procurador da República

R\$ 6 BILHÕES- Valor aproximado do prejuízo gerado pelo esquema de compra de decisões do Executivo e do Legislativo, inclusive no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Globo On Line

## **Zelotes: Dilma deve responder questionamento por escrito até dia 5**

26/01/2016

### ***Prazo vale também para outras 11 autoridades arroladas como testemunhas***

BRASÍLIA - O juiz federal Vallisney de Souza Oliveira determinou que as autoridades arroladas como testemunhas no processo da Operação Zelotes possam responder os questionamentos por escrito até o dia 5 de fevereiro. Entre elas está a presidente Dilma Rousseff. Há outras 11 pessoas na lista,

incluindo o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o governador de Goiás, Marconi Perillo, o prefeito de Catalão (GO) - cidade onde há uma fábrica da Mitsubishi -, Jardel Sebba, e oito parlamentares. O senador Cristovam Buarque já respondeu por escrito, informando que não tem nada a declarar. Em função do cargo que ocupam, eles não são obrigados a comparecer pessoalmente em audiência.

A Operação Zelotes começou investigando irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. Conselheiros receberiam propina para reduzir e anular multas aplicadas aos contribuintes pela Receita Federal. Depois, os investigadores também passaram a analisar possível venda de trechos de medidas provisórias para beneficiar algumas montadoras, entre elas a Caoa, representante da Hyundai, e a MMC Automotores, fábrica da Mitsubishi no Brasil.

Problemas técnicos na Justiça Federal de Brasília vêm provocando reclamações dos advogados dos réus. Paulo Emilio Catta Preta de Godoy, advogado do empresário Eduardo de Souza Ramos, afirmou que a gravação do depoimento prestado na segunda pelo ex-ministro Gilberto Carvalho - que durou 50 minutos - tinha apenas sete minutos. Isso pode fazer com que ele tenha que depor novamente, decisão que deverá ser tomada pelo juiz. Tanto na segunda-feira quanto nesta terça, foram constantes os problemas no sistema de áudio, o que levou a atrasos na tomada dos depoimentos.

- Nosso maior inimigo é esse sistema - reconheceu o juiz Vallisney.

- As (testemunhas) que foram ouvidas aqui, pelo jeito, terão que ser ouvidas de novo - afirmou Roberto Podval, advogado dos lobistas Mauro Marcondes Machado e Cristina Mautoni Marcondes Machado, acrescentando: - O que esse processo mostra é que precisamos investir no Judiciário.

No começo da sessão, parte dos advogados reclamou que a ata da audiência de terça, quando foram ouvidas oito testemunhas, não registrou tudo o que se passou. Para hoje, está previsto o depoimento de mais quatro. Além disso, a defesa desistiu de ouvir outras dez. Ao longo desta e da próxima semana, há várias testemunhas para depor, entre elas o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan Yabiku Junior.

O primeiro a depor nesta terça-feira, já corrigidos os problemas de áudio, uma hora e meia depois do início da sessão, foi o cientista político Paulo Kramer. Ele defendeu a atividade de lobby. Na segunda, outros acadêmicos já tinham tratado do assunto. A estratégia da defesa, até o momento, tem sido mostrar que o lobby é uma atividade lícita, não sendo sinônimo de corrupção. O Ministério Público rebate, dizendo que a denúncia não tenta criminalizar o lobby, mas sim demonstrar a existência de corrupção.

A pedido dos advogados, o juiz Vallisney de Souza Oliveira permitiu que algumas testemunhas que moram em São Paulo sejam ouvidas por videoconferência. Caso isso não seja possível, serão feitas cartas precatórias, em que magistrados em São Paulo colherão os depoimentos a pedido da Justiça Federal de Brasília.

Valor On Line

## **Ex-conselheiro do Carf estuda acordo de delação na Operação Zelotes**

26/01/2016

BRASÍLIA - O ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) José Ricardo da Silva se reuniu com um dos procuradores responsáveis

pela Operação Zelotes, Frederico Paiva, para tratar de uma proposta de delação premiada com o Ministério Público Federal.

Preso na penitenciária da Papuda, em Brasília, Silva conversou por cerca de meia hora com o procurador dentro da unidade prisional, na última quinta-feira.

Assinando a delação e apresentando provas sobre o que disser, Silva poderá ter redução ou até o perdão dos crimes que ele cometeu, caso conte o que sabe. Um dos benefícios discutidos, inclusive, é o cumprimento de eventuais penas em liberdade.

A reportagem apurou que, a essa altura do caso, com inquéritos já finalizados, o foco principal do Ministério Público são informações relacionadas ao Ministério da Fazenda.

Silva é acusado de ser um dos cabeças do esquema de pagamento de propina a conselheiros do **Carf**, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda encarregado de julgar recursos de multas aplicadas pela Receita Federal.

De acordo com o advogado de José Ricardo da Silva, Getúlio Humberto de Sá, o encontro ocorreu a pedido do procurador. O advogado diz, no entanto, que a eventual delação não interessa à defesa.

"Não dá para fechar acordo porque o Zé Ricardo simplesmente não tem o que delatar", afirmou Sá.

A Procuradoria da República no Distrito Federal informou por meio da assessoria de imprensa que não comenta assuntos relativos a delações premiadas.

Durante a audiência na Justiça Federal em Brasília, ontem, segunda-feira, a reportagem presenciou um diálogo do procurador da República no DF Frederico Paiva com o advogado do ex-conselheiro.

A conversa ocorreu no intervalo da audiência para tomada de depoimentos das testemunhas de defesa. Paiva combinou com Silva de conversar com ele "com mais calma" na penitenciária da Papuda, em data a ser agendada.

Folha On Line

## **Erenice Guerra admite à PF parceria com membro do **Carf** e narra encontro entre lobista e sócio da Bertin**

26/01/2016

Relações perigosas A ex-ministra Erenice Guerra admitiu à PF ter firmado parceria com o então conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva para resolver uma "grande dívida tributária" da chinesa Huawei. Indagada se a parceria era ética, disse que José Ricardo não via impedimento em advogar contra o órgão para o qual trabalhava. Erenice contou ter levado o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, para um encontro com Fernando Bertin, do grupo Bertin. Alvos da Zelotes, José Ricardo e APS estão presos.

Me fugiu Em diversos momentos, a memória de Erenice falhou. No depoimento dado à polícia em dezembro, ela afirmou não se recordar se a procuração para atuar com José Ricardo foi protocolada no **Carf** e quem custeou a passagem para encontrar Bertin.

Sei não Erenice negou irregularidades. Confirmou, porém, ter recebido pedido de seu irmão para que indicasse José Ricardo para o conselho do **Carf**. Sustentou não ter influência no Ministério da Fazenda, mas, confrontada com e-mail no qual fez uma indicação para outro conselho da pasta, afirmou não se lembrar.

Essa eu sei! Erenice contou que conheceu APS e José Ricardo no casamento da filha do ex-ministro Silas Rondeau, em 13/08/2011.

Pacificador Escalado para dialogar com a oposição, Jaques Wagner (Casa Civil) começará a aproximação pelo PSB, partido dividido sobre o impeachment. O encontro com a sigla deve ocorrer depois do Carnaval.

Busão da Dilma Preocupados com a epidemia de zika, ministros do governo visitarão escolas públicas do país. O objetivo é que eles conversem com professores e alunos e se engajem mais na campanha de combate à microcefalia.

Sincericídio A paciência do Planalto com o ministro Marcelo Castro (Saúde) está batendo no teto. O governo está furioso com a recente frase do auxiliar: "Estamos perdendo a batalha para o mosquito".

Gato escaldado O PT quer que os candidatos a prefeito pelo partido assinem um termo de compromisso assumindo a responsabilidade por eventuais práticas irregulares de arrecadação de campanha. Trata-se de uma espécie de cláusula anti-caixa dois.

Amamos coxinhas Enquanto Dilma segue firme na dieta Ravenna, o governo aumentou a estimativa de consumo de pães, biscoitos e salgadinhos para abastecer o Palácio do Planalto e eventos federais. A licitação para a contratação de empresa de panificação prevê 48 mil salgados, 12 mil a mais que o previsto no ano passado.

Barriga cheia Na lista, há novos itens como minicroissants de "aroma amanteigado e uma leve crocância na superfície" e biscoito caseiro "tipo casadinho". O custo estimado é de R\$ 139.107,50. No ano passado, a previsão era de R\$ 98.900.

Caixeiro viajante Apesar de a eleição ser para líder de bancada, o deputado peemedebista Hugo Motta (PB) está fazendo campanha nacional. Já visitou diversos Estados - entre eles Minas e São Paulo - atrás de votos para desbancar Leonardo Picciani (RJ) do comando do partido na Câmara.

Trem da alegria Fiador da campanha de Motta, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) se dispôs a rodar o país ao lado do correligionário durante o Carnaval. "Não perco esta eleição nem ferrando", disse o presidente da Câmara a ao menos um interlocutor.

À la carte O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador José Serra almoçaram no domingo (24) na casa de Andrea Matarazzo, pré-candidato à Prefeitura de São Paulo. Avaliaram que o apoio dos vereadores tucanos oferece boa margem de votos da militância durante as prévias da sigla.

#### TIROTEIO

Antes diziam que tinha estatal vendida por preço de banana. Agora, tem banana que está sendo vendida por preço de estatal.

DE FELIPE SIGOLLO, secretário-adjunto de Desenvolvimento Social de SP, sobre as críticas de petistas às privatizações tucanas e o preço das ações da **Petrobras**.

#### CONTRAPONTO

Adeus, Lenin

Em sua estreia no Fórum Econômico Mundial, em Davos, o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, resolveu conceder uma série de entrevistas a veículos internacionais de imprensa para acalmar os mercados lá fora.

Já na décima conversa do dia com jornalistas de diferentes países, o chefe da equipe econômica foi surpreendido por uma pergunta.

- Você é um socialista? - disparou uma repórter de um prestigiado periódico americano.

- Como? - indagou o ministro para, em seguida, responder secamente:

- Socialista, não; pragmatista, sim.

## **Irmão de tucano acusado de corrupção sai em defesa de Lula**

26/01/2016

"Procurador da República Frederico Paiva, que atua na Operação Zelotes, disse não ter entendido o motivo de a Polícia Federal ter ouvido Lula, uma vez que ele não é investigado; 'Não entendi o motivo de o delegado ter ouvido o Lula neste caso', disse, no intervalo das audiências que ocorrem nesta segunda; 'Ele não consta no rol de investigados. Em nenhum momento existe algum ato praticado por ele que tenha sido objeto [de investigação] ; o representante do Ministério Público ressaltou ainda que 'o foco da investigação é o tráfico de influência e corrupção no Carf ; na última semana, o advogado Cristiano Martins, que defende Luis Claudio Lula da Silva no processo da Zelotes, disse que as investigações mudaram o foco para a suposta 'compra' de medidas provisórias para atingir o ex-presidente (.)"

Lula, como se sabe, não é alvo de investigação alguma. Em julho do ano passado, a Procuradoria do DF até tentou inventar alguma coisa, mas não deu em nada. Não acham nada contra o ex-presidente, mas falam muito.

No fim de semana, uma suposta bomba: um obscuro promotor estadual de São Paulo afirmou à revista Veja ter "indícios suficientes" para indiciar Lula pela compra de um imóvel com "dinheiro sujo", apesar de que o negócio nunca se concretizou.

Em vez de tomar uma atitude funcional contra o ex-presidente, o sujeito foi procurar a Veja e, assim, colocou-se ante a possibilidade de tomar uma invertida da Corregedoria do MP, já que a instituição veda a seus membros que deem entrevistas anunciando processos que não iniciaram. Por conta disso, o sujeito recuou de suas "certezas" logo em seguida.

Lula, pois, não é alvo de investigação alguma, não pesa contra ele prova alguma, nada há contra a sua honra que autorize que alguém o acuse de qualquer coisa. No entanto, o que não falta é gente acusando o ex-presidente dos piores crimes, inventando posse de propriedade por parte dele e de sua família que não existe.

Nesse contexto, o PSDB é o partido campeão de ataques ao ex-presidente da República. Seus membros, de Fernando Henrique Cardoso a qualquer vereadorzinho do partido, acusam o ex-presidente sem prova, sem razão, apenas com base nas calúnias que circulam na internet.

Nesta segunda-feira, porém, um juiz estadual de São Paulo, chamado Rodrigo Capez, saiu em defesa do ex-presidente em carta ao Painel do Leitor da Folha de São Paulo. Confira, abaixo, a defesa de Lula que Capez fez.

"Árdua é a construção da reputação. Fácil a sua conspurcação. Basta uma manchete sem a correta apuração dos fatos. Alegações fluidas viram verdade para macular a honra alheia. Não se pode retratar alguém como acusado quando não há imputação formal. O 'ouvi dizer', que juridicamente não sustenta uma acusação, politicamente causa danos irreparáveis. Nossa família, atônita, assiste a um tsunami de inverdades. Imprensa, resista às manchetes apelativas. Informação sim, com responsabilidade"

Não é comovente a defesa que o Juiz Rodrigo Capez fez de Lula? Ele tem toda razão: "não se pode tratar alguém como acusado quando não há imputação formal".

Só Que Não - SQN, como diz a garotada hoje em dia.

Capez não fez a defesa de um inocente (até prova em contrário) como Lula. Fez a defesa em causa própria, do irmão, o ex-procurador e atual presidente da Assembleia Legislativa Paulista, Fernando Capez.



Dirigentes de uma cooperativa de Bebedouro (230 km de São Paulo) apontaram o presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Capez, do PSDB, dois deputados federais, um estadual e um alto assessor da Casa Civil do governo Geraldo Alckmin (PSDB) como beneficiários de um esquema de pagamento de propina em contratos superfaturados de merenda escolar, segundo a imprensa .

De acordo com interceptações telefônicas cujo teor foi confirmado pelos próprios investigados, o esquema era alimentado por um sobrepreço que variava entre 10% e 30% de cada contrato de fornecimento de merenda. Estão sob suspeita compras realizadas nos últimos cinco anos em pelo menos 22 municípios do interior de São Paulo.

O caso veio à tona na última terça quando a Polícia Civil e o Ministério Público Federal deflagraram a operação Alba Branca, que realizou buscas na Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar.

Não se sabe se o acusado é culpado ou inocente. Mas pense comigo, leitor: um tucano deve ter a presunção de inocência que nega a adversários políticos? Se condenam Lula sem que contra ele exista um décimo do que há contra Capez, como podem ter tanta cara de pau de brandirem "presunção de inocência" ante fatos tão graves?

Note, leitor, que se o irmão do presidente tucano da AL paulista não escreveu a carta supra reproduzida em defesa de Lula, ela perde força porque há muito, muito, mas muito mais contra Fernando Capez do que contra Lula, contra quem, aliás, não existe absolutamente nada.

A atitude despropositada do juiz Rodrigo Capez, vale dizer, coaduna-se perfeitamente com ele, já que é um dos responsáveis pelo Massacre do Pinheirinho, comunidade pobre de São José dos Campos invadida anos atrás pela polícia militar tucana, que expulsou aquelas famílias do terreno em que estavam assentadas para devolvê-lo a um picareta envolvido em crimes do colarinho-branco.

Se eu fosse Lula, andaria com uma cópia da carta do irmão de Fernando Capez na carteira e a cada vez que algum imbecil lhe fizesse acusações, exibiria a prova de como os tucanos agem quando são pedra e quando são vidraça. Quanta diferença, não?

Vermelho On Line

## **Deputado quer inspecionar situação de presa na Operação Zelotes**

26/01/2016

***O deputado Paulo Pimenta (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, formalizou, nesta segunda-feira (25), pedido à Justiça Federal para ter acesso ao local onde está detida Cristina Mautoni, de 53 anos, presa preventivamente pela Operação Zelotes.***

Pimenta informou que na última semana a Comissão recebeu denúncia de que Cristina Mautoni está sendo submetida a pressões psicológicas, maus-tratos e a restrições que a impedem, por exemplo, de realizar necessidades fisiológicas.

Segundo a denúncia, as violações são parte de uma estratégia para forçar o marido de Cristina, Mauro Marcondes, de 79 anos, a fazer delação premiada, já que ele também está sob custódia por conta dos desdobramentos da Operação Zelotes. Em abril, Mauro Marcondes completa 80 anos e poderá requerer a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

No pedido encaminhado ao Juiz Titular da 10ª Vara Federal Criminal do DF, Vallisney Souza de Oliveira, o deputado Pimenta solicita "que seja autorizada a inspeção imediata por parte desta Comissão ao local em que a senhora Cristina Mautoni encontra-se atualmente custodiada, bem assim, aos locais em que ela esteve custodiada no decorrer da prisão preventiva".

#### Operação Zelotes

A Operação Zelotes foi deflagrada no início de 2015, inicialmente, para apurar sonegação fiscal, corrupção e lavagem de dinheiro de grandes empresas anunciantes da mídia em conluio com conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão da Receita Federal.

Mediante o pagamento de propina a conselheiros do Carf, dívidas fiscais de grandes empresas com a União eram anuladas. De acordo com investigação do MPF, cerca de R\$ 20 bilhões foram desviados dos cofres públicos.

Sem explicações, a Polícia Federal (PF) mudou o foco da investigação e a Operação Zelotes se transformou numa tentativa de envolver o ex-Presidente Lula por uma medida provisória que foi editada na época do governo do PSDB, de Fernando Henrique Cardoso

Tribuna Hoje On Line - AL

## 'Não existe ato de Lula que seja alvo de investigação'

26/01/2016

### ***Procurador da República Frederico Paiva, que atua na Operação Zelotes, disse não ter entendido o motivo de a Polícia Federal ter ouvido Lula, uma vez que ele não é investigado***

O procurador da República Frederico Paiva, que atua na Operação Zelotes, afirmou não ter entendido o motivo de a Polícia Federal ter chamado o ex-presidente Lula para depor no caso, uma vez que ele não está entre os investigados no caso.

Não entendi o motivo de o delegado ter ouvido o Lula neste caso, disse o procurador, no intervalo das audiências que ocorrem nesta segunda-feira 25 e que devem se estender até quarta 27. Ele não consta no rol de investigados. Em nenhum momento existe algum ato praticado por ele que tenha sido objeto [de investigação], acrescentou, segundo reportagem de Letícia Casado, do Valor Econômico.

Questionado sobre o que a PF poderia querer saber sobre Lula, Paiva respondeu: Tem que perguntar ao delegado, não para mim. Segundo ele, em nenhum momento, a denúncia relata que houve por parte da Presidência da República, seja lá qual for, uma compra direta [de medidas provisórias].

O representante do Ministério Público ressaltou ainda que o foco da investigação é o tráfico de influência e corrupção no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). A Operação Zelotes, que começou apurando um esquema que beneficiava empresas com dívidas na Receita Federal, mudou sua linha para a compra de MPs.

Na última semana, o advogado Cristiano Martins, que defende o empresário Luis Claudio Lula da Silva, filho de Lula, no processo da Zelotes, disse que as investigações mudaram o foco para atingir o ex-presidente. Ela nasceu para apurar um suposto desvio de R\$ 19 bilhões em fraudes no Carf, mas virou um instrumento de perseguição e de tentativa de incriminar o Luis Cláudio para atingir o Lula, apontou